



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024





INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Balanco patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa equivalente de caixa sem restrição	7	187	8
Caixa equivalente de caixa com restrição	8	-	1
Títulos e valores mobiliários sem restrição	9	341	260
Títulos e valores mobiliários com restrição	10	2.730	446
Contas a receber - Saúde		508	916
Outras contas a receber	11	2.257	116
Estoque	12	649	380
Total do circulante		6.672	2.127
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Outras contas a receber - LP		-	10
		-	10
 Imobilizado - Custo	13	22.143	21.994
(-) Depreciação imobilizado	13	(7.353)	(6.680)
Intangível		203	203
(-) Amortização intangível		(170)	(153)
		14.823	15.364
Total do não circulante		14.823	15.373
Total do Ativo		21.495	17.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34

Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC 1SP 256549/O-3



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.927	802
Obrigações trabalhistas e sociais	14	1.903	1.922
Obrigações tributárias	15	937	1.830
Empréstimos	16	1.365	1.282
Adiantamento de clientes		138	23
Outras contas a pagar		278	157
Doações para revenda		-	-
Convênios Públicos e Privados a Executar	17	2.424	208
Total do circulante		8.972	6.225
Não Circulante			
Provisão para contingências	18	718	365
Convênios Públicos e Privados a Executar - LP	17	693	857
Bens comodato		139	139
Obrigações tributárias - LP	15	2.314	1.739
Empréstimos - LP	16	2.775	2.772
Total do não circulante		6.639	5.872
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social		(3.307)	(3.745)
Ajuste avaliação patrimonial		8.675	8.823
Superávit do período		516	326
		5.883	5.404
Total do Passivo e Patrimônio líquido		21.495	17.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34

Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC 1SP 256549/O-3



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Demonstrações de resultados do período em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receita Bruta		31.108	20.663
Receitas do Sistema de Saúde		8.580	10.277
Pacientes particulares		37	16
Pacientes convênios		998	3.431
Pacientes SUS		7.545	6.831
Receitas de Subvenções e Convênios		1.248	511
Receitas com subvenções públicas		981	483
Receitas com subvenções privadas		267	27
Receitas de Títulos Filantropia Premiável		11.548	-
Filantropia Premiável	20	11.548	-
Receitas de Doações e Contribuições		7.652	7.747
Doações pessoas físicas ou jurídicas para custeio		5.465	6.206
Doações de materiais e serviços		775	473
Doações obtidas em eventos, campanhas e promoções		1.412	1.067
Receitas da Gratuidade		1.738	1.804
Imunidade	24	1.579	1.599
Serviços Voluntários	26	160	205
Outras Receitas		342	324
Reversões Provisões		-	-
Recuperação de Despesas		-	-
Receita Patrimonial		342	324
Custos		(22.531)	(13.019)
Custos dos serviços prestados Saúde		(11.049)	(12.297)
(-) Custos dos serviços prestados Saúde	21	(10.890)	(12.092)
(-) Custo com Serviço Voluntário	26	(160)	(205)
Custo Eventos, Campanhas, Promoções e Captações Recursos		(11.482)	(722)
(-) Custo com Captação de Recursos		(667)	(608)
(-) Custo com Filantropia Premiável	20	(10.772)	-
(-) Custo com Eventos, Campanhas e Promoções		(43)	(114)
(=) Superávit Bruto		8.577	7.644
Despesas Operacionais		(6.017)	(5.151)
Despesas Administrativas			
(-) Pessoal e Encargos		(2.600)	(2.701)
(-) Imunidade Contribuições Sociais Usufruidas	24	(1.579)	(1.599)
(-) Despesas Administrativas		(1.839)	(851)
(=) Superávit antes do resultado financeiro		2.560	2.493
Resultado financeiro	22	(2.044)	(2.167)
Receitas financeiras		141	19
(-) Despesas Financeiras		(2.185)	(2.186)
Superávit do período		516	326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Diretor Presidente
Getúlio White Lima CPF: 070.683.798-34

Contador
Fernando Marcelino Polysello CRC 1SP 256549/O-3



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendace
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

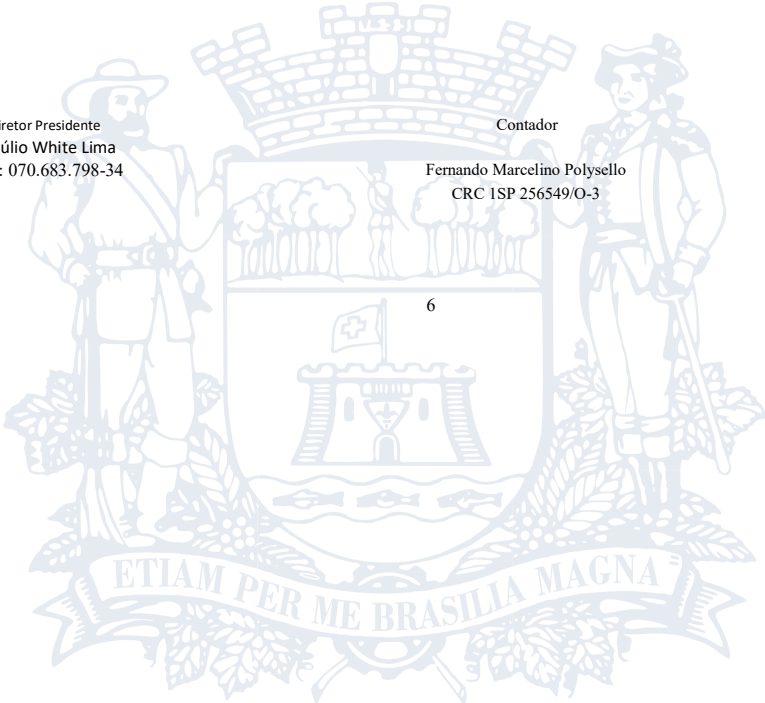
Demonstrações de resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Superávit do período	516	326
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	516	326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34

Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC 1SP 256549/O-3





INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendace
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Demonstrações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit/Déficit do período	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.043)	8.971	(1.645)	5.283
Transferência para patrimônio social	(1.645)	-	1.645	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	148	(148)	-	-
Ajuste de exercício anterior	(205)	-	-	(205)
Superávit do período	-	-	326	326
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(3.745)	8.823	326	5.404
Transferência para patrimônio social	326	-	(326)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	148	(148)	-	-
Ajuste de exercício anterior	(36)	-	-	(36)
Superávit do período	-	-	516	516
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(3.307)	8.675	516	5.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34

Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC ISP 256549/O-3



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	2025	%	2024	%
Receitas				
Pacientes particulares	37	0,1%	16	0,1%
Pacientes convênios	998	3,3%	3.431	17,2%
Pacientes SUS	7.545	24,7%	6.831	34,2%
Receitas com trabalhos voluntários	160	0,5%	205	1,0%
Receitas com contribuições	6.240	20,4%	6.679	33,4%
Receitas com subvenções privadas	267	0,9%	27	0,1%
Receitas com subvenções públicas	981	3,2%	483	2,4%
Receitas diversas	1.754	5,7%	1.392	7,0%
Filantropia Premiável	11.548	37,8%	-	-
	29.530	96,6%	19.064	95,4%
Imunidade das contribuições previdenciárias	1.579	5,2%	1.599	8,0%
Valor adicionado bruto	31.108	101,8%	20.663	103,4%
Depreciação, amortização e exaustão líquidas	(690)	-2,3%	(708)	-3,5%
Retenções	(690)	-2,3%	(708)	-3,5%
Receitas Financeiras	141	0,5%	19	0,1%
Valor adicionado recebido em transferência	141	0,5%	19	0,1%
Valor adicionado total a distribuir	30.559	100,0%	19.974	100,0%
Distribuição do valor adicionado				
Despesa com pessoal	6.690	21,9%	6.746	33,8%
Despesas com materiais	1.584	5,2%	1.804	9,0%
Serviços Básicos	327	1,1%	328	1,6%
Despesas com serviços	6.001	19,6%	6.117	30,6%
Custo com Filantropia Premiável	10.772	35,2%	-	-
Custo da imunidade das contribuições previdenciárias	1.579	5,2%	1.599	8,0%
Despesas com propaganda, marketing e eventos	6	0,0%	8	0,0%
Despesas com patrimônio e utilidades	146	0,5%	183	0,9%
Despesas com trabalho voluntário	160	0,5%	205	1,0%
Provisão para contingência	353	1,2%	(256)	-1,3%
Despesas assistenciais	51	0,2%	85	0,4%
Outras despesas	214	0,7%	659	3,3%
Despesas Financeiras	2.160	7,1%	2.169	10,9%
Superávit/Déficit do período	516	1,7%	326	1,6%
	30.559	100,0%	19.974	100,0%

Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34

Contador CRC ISP 256549/O-3
Fernando Marcelino Polysello



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	516	326
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	690	708
Resultado na venda de ativos imobilizados	182	-
Provisão para contingências	353	(256)
Juros e variação monetária provisionados	705	503
	2.446	1.281
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	408	(653)
Estoques	(269)	238
Outras contas a receber	(2.132)	65
	(1.992)	(350)
Aumento (redução) nos passivos em		
Fornecedores	1.125	431
Obrigações tributárias e trabalhistas	(338)	(74)
Outras contas a pagar	121	(311)
Adiantamento de clientes	115	5
Convênios Públicos e Privados a Executar	2.053	18
	3.076	32
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.529	32
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(12.437)	(7.750)
Resgate de títulos e valores mobiliários	10.141	7.803
Ajustes de exercícios anteriores	(36)	(205)
Juros apropriados sobre títulos e valores mobiliários	(68)	(36)
Aquisição de ativo imobilizado	(331)	(585)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(2.731)	(774)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	-	403
Amortização de empréstimos (principal + juros)	(619)	(683)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(619)	(280)
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa	179	(91)
No início do exercício	8	99
No fim do exercício	187	8
(Aumento/Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	179	(91)

Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34

Contador CRC 1SP 256549/O-3
Fernando Marcelino Polysello

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O Grupo em Defesa da Criança com Câncer – GRENDACC é uma associação civil de caráter beneficente, de assistência social e filantrópica, sem finalidades econômicas ou lucrativas, inscrita no CNPJ (MF) 00.797.397/0001-94 e possui os Títulos, Registros e Certificações abaixo discriminados. O GRENDACC tem por finalidade e objetivos sociais amparar crianças e adolescentes portadores de doenças oncológicas e hematológicas crônicas, através da promoção de ações nas áreas de assistência social e de saúde que contribuam para a obtenção de atendimento integral, podendo, mediante deliberação de sua diretoria, estender a proteção, assistência e o amparo a crianças e adolescentes portadores de outras doenças, sem qualquer distinção quanto ao sexo, raça, cor, religião ou condições econômicas ou social dos beneficiários. Para alcançar seus fins e objetivos o GRENDACC desdobra suas atividades em vários setores, para tanto utiliza sua instalação ambulatorial, de sua propriedade, situado na Avenida Olívio Boa, 99, Jundiaí – SP.

Os recursos são oriundos de receitas decorrentes de atendimento médico (Sistema Único de Saúde – SUS), convênio médico e particular e da captação de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas.

O GRENDACC também arrecada fundos referentes a eventos diversos organizados pela Instituição.

Por ser uma Entidade de interesse social, possuímos os seguintes certificados:

- A Instituição possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Saúde – CEBAS, renovado conforme Portaria nº 2.758, de 10/06/2025, publicada no DOU Pg. 11, em 13/06/2025, recebeu o deferimento da Renovação do CEBAS para o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026.

Desta forma, a Entidade comprova sua condição de certificada, possuindo direito às imunidades das Contribuições Sociais uma vez que cumpre a Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021 e o Código Tributário Nacional – CTN.

- Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES sob nº. 2716801 – 03 de setembro de 2003.

- Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE sob nº. 1624/2012 – Concedido em 06 de agosto de 2012, nos termos do Decreto nº. 57.501, de 08 de novembro de 2011.

- Certificado de Registro nº 1.1.9.9.5.0.1.1 e de Inscrição de Programas de Atendimento junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Jundiaí – SP. - CMDCA – Lei Municipal 7.102 de 25 de julho de 2008.

- Certificado de Registro nº. 09 junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Adolescente de Jarinu – SP., deferido em dezembro de 2008, devidamente renovado por prazo indeterminado.

- Certificado de Registro nº. 20 junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Paulista – SP., deferido em outubro de 2011 e devidamente renovado em 13 de dezembro de 2018.

- Declaração de Utilidade Pública Estadual - Lei nº 10.417 de 24 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 25/11/99. – Atualizada anualmente.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 4.862 de 24 de setembro de 1996, publicada na Imprensa Oficial em 02/10/96. – Prefeitura do Município de Jundiaí – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 1.958 de 16 de abril de 2012 e na mesma data Publicada na Imprensa Oficial - Prefeitura do Município de Cabreúva – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 2.166 de 13 de junho de 2012 e na mesma data Publicada na Secretaria de Administração e Finanças desta Prefeitura – Câmara Municipal de Campo Limpo Paulista – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Projeto de Lei n. 551 de 27 de outubro de 2011 – Câmara Municipal de Itupeva – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei municipal 2.219 de 13 de dezembro de 2011 e na mesma data Publicada e Registrada na Secretaria de Administração – Câmara Municipal de Louveira – SP.

- Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei nº 2.078 de 17 de maio de 2011 e na mesma data Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Gestão Pública – Prefeitura do Município de Várzea Paulista – SP.

- Credenciamento no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica – PRONON - Portaria nº. 935 de 07 de novembro de 2013.

- Ato Declaratório de Reconhecimento de Isenção de Contribuições Sociais nº 37311.007240/2006-35.

Plano de Administração

Considerando a continuidade operacional, em 2025 foram efetivadas as ações planejadas para o exercício com o objetivo principal de contribuir para o alcance a médio e longo prazo do equilíbrio econômico-financeiro, com destaque para a reorganização da estratégia de atendimento hospitalar de pacientes oncológicos para o regime de 12 (doze) horas, sem alterações nos demais serviços ambulatoriais/hospitalares de consultas, exames, procedimentos e terapias. Essa ação gerou alguns desdobramentos, entre eles, a reestruturação do quadro de pessoal em função do novo horário de funcionamento, a terceirização dos serviços de análises clínicas e a redução de despesas diversas para a manutenção das atividades.

Os contratos para prestação de serviços de saúde foram repactuados com a expansão na oferta de vagas em novas especialidades médicas e o aumento de novos procedimentos eletivos,

INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

principalmente cirúrgicos pediátricos. Cabe ressaltar as negociações com instituições financeiras e convênios/contratos com prefeituras e operadoras de saúde privadas para o reequilíbrio de contratos, resultando em revisões importantes em alguns contratos.

Considerando as demonstrações contábeis de 2026, a Diretoria do Grendacc dará continuidade às ações iniciadas no exercício anterior, concentrando seus esforços em ampliar os contratos existentes e na prospecção de novas parcerias/convênios, diversificando as operações de saúde de acordo com a capacidade instalada do hospital.

Cabe ressaltar, a manutenção do compromisso da Administração de diminuir os débitos remanescentes dos exercícios anteriores, gerados pela indisponibilidade de recursos financeiros em caixa para a quitação de todas as pendências em seus respectivos vencimentos.

Para além das iniciativas com foco na sustentabilidade financeira, serão implementadas melhorias na infraestrutura e o prosseguimento na revisão de processos e fluxos em várias áreas, com o objetivo do aprimoramento e da melhoria contínua das operações e na gestão dos diversos recursos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com a ITG 2002 (R1) – Entidades sem fins lucrativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6e – determinação da vida útil dos ativos imobilizados;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 25 – instrumentos financeiros.

6 Políticas contábeis materiais

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023). As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas".

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

b. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Entidade. A Entidade adota como prática contábil apresentar os títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus

INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 - Demonstrações do Fluxo de Caixa.

c. Contas a receber - Convênios Públicos e Privados

Representam subvenções governamentais e de poder privado, que são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Entidade irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções recebidas pela Entidade possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução do projeto que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite será reconhecida em resultado.

d. Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição, quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

Periodicamente, a Administração realiza análise do estoque e, quando identificados materiais vencidos ou com impossibilidade de uso, o valor correspondente ao custo é reconhecido diretamente no resultado.

e. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Entidade questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores originais no realizável a longo prazo.).

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e os custos com empréstimos capitalizados. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo,

INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

Prédios e Edificações	10 - 60 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A Administração revisa periodicamente as estimativas de vida útil econômica dos ativos imobilizados, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos. Eventuais ajustes decorrentes dessa revisão são tratados prospectivamente como mudança de estimativa contábil, conforme previsto na NBC TG 23

g. Obrigações trabalhistas e sociais

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

h. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Entidade, de acordo com o CPC 12 - Ajuste a valor presente, analisou suas contas de ativos e passivos de curtos e longos prazos, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que, qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante.

k. Apuração do resultado contábil e reconhecimento das receitas

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

As práticas contábeis de reconhecimento de receita estão descritas na nota 21.

INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

I. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A Entidade adotou como prática contábil apresentar os juros recebidos de títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variação cambial sobre empréstimos e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

m. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (“Valor Justo por meio do Resultado”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2025 a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo

INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos.

(iv) Desreconhecimento

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de *hedge*.

n. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

o. Informações operacionais divulgadas

As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade, cujo objetivo é segregar as operações assistenciais das não assistenciais. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

7 Caixa e equivalentes de caixa sem restrição

	2025	2024
Caixa e bancos sem restrição	187	8
	<u>187</u>	<u>8</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa com restrição

	2025	2024
Caixa e bancos com restrição	-	1
	<u>-</u>	<u>1</u>

Os saldos reconhecidos nessa rubrica são de contas bancárias vinculadas a algum tipo de projeto público ou privado, que temos restrição para a movimentação das contas, utilizando conforme os convênios estabelecidos e prestando conta de seus pagamentos.



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

9 Títulos e valores mobiliários sem restrição

	Remuneração	2025	2024
CDBs - Renda Fixa sem restrição	100% a 104% do CDI	341	70
Título de capitalização	TR – Taxa referencial	-	190
		<u>341</u>	<u>260</u>

As aplicações financeiras registradas como títulos e valores mobiliários são utilizados como reserva financeira da Entidade para manutenção de suas atividades, de forma que não são utilizadas no fluxo usual do caixa.

10 Títulos e valores mobiliários com restrição

	Remuneração	2025	2024
CDBs - Renda Fixa com restrição	100% a 104% do CDI	<u>2.730</u>	<u>446</u>

As aplicações financeiras registradas como títulos e valores mobiliários com restrição são utilizadas para os convênios públicos e privados relacionados a projetos específicos para utilização de recurso.

11 Outras contas a receber

	2025	2024
Adiantamentos diversos (a)	150	78
Cheques custodiados	14	16
Título de capitalização (b)	-	10
Filantropia Premiável (c)	1.597	-
Outras contas a receber	<u>497</u>	<u>22</u>
	<u>2.257</u>	<u>126</u>
Circulante	2.257	116
Não circulante	-	10

- (a) Refere-se, substancialmente, a saldo de adiantamento de férias a funcionários e adiantamentos a fornecedores.
- (b) Valor de Título de Capitalização com rendimento TR – Taxa referencia
- (c) Valor a receber relacionado a venda de certificados de contribuições relacionados aos sorteios



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

12 Estoque

	2025	2024
Materiais médicos	155	169
Medicamentos	89	72
Alimentos	21	22
Químicos e saneantes	13	4
Material de escritório	114	70
Material de limpeza e descartável	125	34
Epi's e uniformes	77	2
Material promocional	36	6
Material de informática e manutenção	19	1
	649	380

Os estoque são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado.

13 Imobilizado

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	31/12/2024			31/12/2025
	Custo	Adição	Baixa	Saldo
Terrenos	6.940	-	-	6.940
Edificações e benfeitorias	10.117	182	(182)	10.117
Comodato	139	-	-	139
Veículos	78	-	-	78
Móveis e utensílios	348	108	-	456
Equipamentos e instalações	4.371	40	-	4.411
	21.994	330	(182)	22.143
Depreciação				
Edificações e benfeitorias	(3.763)	(171)	-	(3.933)
Veículos	(78)	-	-	(78)
Móveis e utensílios	(242)	(28)	-	(270)
Equipamentos e instalações	(2.597)	(474)	-	(3.071)



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

	<u>(6.680)</u>	<u>(673)</u>	<u>-</u>	<u>(7.353)</u>
	<u>15.314</u>	<u>(342)</u>	<u>-</u>	<u>14.790</u>
	31/12/2023			31/12/2024
Custo	Custo	Adição	Baixa	Saldo
Terrenos	6.940	-	-	6.940
Edificações e benfeitorias	10.117	-	-	10.117
Comodato	139	-	-	139
Veículos	78	-	-	78
Móveis e utensílios	334	14	-	348
Equipamentos e instalações	3.800	571	-	4.371
	<u>21.409</u>	<u>585</u>	<u>-</u>	<u>21.994</u>
Depreciação				
Edificações e benfeitorias	(3.591)	(171)	-	(3.763)
Veículos	(77)	(1)	-	(78)
Móveis e utensílios	(216)	(26)	-	(242)
Equipamentos e instalações	(2.105)	(492)	-	(2.597)
	<u>(5.989)</u>	<u>(691)</u>	<u>-</u>	<u>(6.680)</u>
	<u>15.420</u>	<u>(106)</u>	<u>-</u>	<u>15.314</u>

Dentro do controle do ativo imobilizado se temos segregados os itens de patrimônio que foram adquiridos por recursos próprios e recursos oriundos de convênios públicos e privados, onde segue abaixo o saldo composto:

	2025	2024
Imobilizado – Próprio	14.016	14.564
Imobilizado – Gestão Pública	640	738
Imobilizado – Gestão Privada	<u>133</u>	<u>12</u>
	<u>14.790</u>	<u>15.314</u>

14 Obrigações trabalhistas e sociais

	2025	2024
Provisão para férias	586	576
FGTS a recolher	1.042	1.052
Salários a pagar	250	241
Outros	<u>25</u>	<u>54</u>



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

1.903 1.922

15 Obrigações tributárias

	2025	2024
INSS a recolher	184	358
Pis/Cofins/CSLL a recolher	24	68
IR a recolher	102	179
Parcelamento de tributos (a)	<u>2.941</u>	<u>2.963</u>
	<u>3.251</u>	<u>3.569</u>
Circulante	937	1.830
Não circulante	2.314	1.739

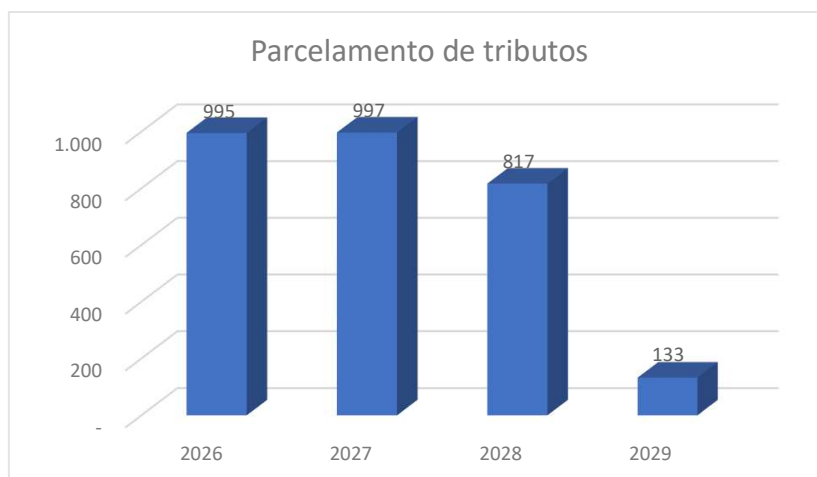
(a) Composição de pagamentos dos parcelamentos de tributos a longo prazo

15.1 Composição das parcelas de longo prazo	Valor total	2026	2027	2028	2029
PARCELAMENTO FGTS 2020000134 - 04/2017 A 07/2019	84	84			
PARCELAMENTO FGTS 2021013617 - 09/2019 A 11/2021	263	92	158	12	
PARC. PGFN-SISPAR 12221252 - 28.02.25 - LP	166	56	56	54	
PARC. PGFN-SISPAR 12221315 - 28.02.25 - LP	140	50	50	41	
PARC. PGFN-SISPAR 12221175 - 28.02.25 - LP	-				
PARC. PGFN-SISPAR 13718697 - 12.09.25 - LP	86	20	39	27	
PARC. REC SIMPL. INSS 4545877-645398543 - 16.09.25 - L	145	52	52	41	
PARC. REC SIMPL. Nº0211.00012.0105768270.25-20 02.10.2	1.416	454	454	454	55
PARC. REC SIMPL. Nº0211.00012.0105968556.25-40 02.10.2	274	90	90	90	5
PARC. REC SIMPL. Nº0211.00012.0105366832.25-16 02.10.2	367	98	98	98	73
	2.941	995	997	817	133



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024



16 Empréstimos

	2025	2024
Empréstimos bancários	3.762	3.509
Empréstimo com terceiros	177	147
Saldo negativo	201	399
	4.140	4.054
Circulante	1.365	1.282
Não circulante	2.775	2.772

16.1 Composição empréstimos bancários

Instituição financeira	Natureza	Taxa de juros	2025	2024
Banco Daycoval	Capital de giro	18,50% a.a.	-	267
Banco Santander	Capital de giro	12,50% a.a.	1.051	1.093
Banco Caixa Econômica Federal	Giro SUS	15,73% a.a.	2.337	2.149



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

A55 Sociedade Crédito Direto S.A	Capital de giro	19,56% a.a	373	-
			3.762	3.509
	Passivo circulante		987	736
	Passivo não circulante		2.775	2.772

16.2 Composição das parcelas de longo prazo

Empréstimos	
2026	1.392
2027	977
2028	671
2029	483
2030	483
2031	483
2032	483
2033	483
2034	334
	5.789

INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024



16.3 Garantias

As principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente são:

- . Cessão fiduciária de direitos creditórios.
- . Garantia complementar FGI correspondente a 80% do saldo devedor.
- . Não há cláusulas restritivas (*covenants*) para esses contratos de empréstimo.

17 Convênios públicos e privados a executar

	2025	2024
Convênio Público a executar (a)	3.011	932
Convênio Privado a executar	107	133
	3.118	1.065
Circulante	2.424	208
Não circulante	693	857

(a) Valor substancialmente a executar do projeto do termo 1200006498-2025-97-SDS GOV SP-CONDECA-DOENCAS CRONICAS.

São os valores a executar de convênios firmados com Órgãos Governamentais e privados,



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

conforme Resolução CFC 1.305/2010 (NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais) e a Resolução CFC 1.409/12 (R1) que aprovou a ITG 2002.

Este grupo é composto por valores a executar oriundos de contratos e/ou termos assinados com Empresas Públicas e privadas representados pelo seu valor nominal e original; cuja contrapartida está lançada no Ativo Circulante e não circulante e o reconhecimento da receita quando utilizado os recursos ou quando houver depreciação de bens do ativo imobilizado.

18 Provisão para contingências

Provisão para contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e fiscais, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis, foram constituídas provisões nos montantes indicados a seguir:

	2025	2024
Trabalhista	718	365
Total de contingências	718	365

Movimentação dos processos no exercício

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Reversão	Saldo em 31/12/2025
Trabalhista	365	353	-	718
Total	365	353	-	718

Além dos processos demonstrados acima, existem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante em 2025 de R\$ 131, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

19 Patrimônio líquido

INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit ou déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens)

O ajuste de avaliação patrimonial foi constituído em decorrência da atribuição do “deemed cost” no momento da aplicação pela primeira vez das normas da CPC, da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada. O ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o Patrimônio Social. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Entidade possuir imunidade tributária.

20 Filantropia premiável

A Instituição realiza captação de recursos por meio da comercialização de Títulos de Capitalização na modalidade Filantropia Premiável, emitidos e administrados pela Aplicap Capitalização S.A., sociedade de capitalização autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), conforme Portaria SUSEP nº 3.481, publicada no Diário Oficial da União em 10 de dezembro de 2010.

A modalidade Filantropia Premiável é regulamentada pela Circular SUSEP nº 569/2018 e demais normativos aplicáveis às operações de capitalização, os quais estabelecem as condições para estruturação, comercialização e execução dos planos dessa natureza. Nesse modelo, os títulos são adquiridos por participantes que passam a concorrer aos sorteios previstos no plano aprovado pela SUSEP e, de forma voluntária e expressa, cedem o direito de resgate à Instituição, que passa a ser a beneficiária dos valores correspondentes, destinando-os ao financiamento de suas atividades institucionais.

As campanhas de comercialização e divulgação são realizadas por meio de instrumentos contratuais firmados entre a Instituição e agentes distribuidores terceirizados responsáveis pela promoção das ações de captação de recursos. Nessas operações, a Aplicap Capitalização S.A. permanece responsável pela emissão dos títulos, gestão do plano de capitalização, realização dos sorteios e cumprimento das obrigações regulatórias perante a SUSEP.

Cada campanha promocional vinculada à captação encontra-se devidamente registrada junto à SUSEP por meio de processo administrativo próprio, conforme aprovação do plano de capitalização e respectivas condições gerais.

Os valores recebidos pela Instituição decorrentes da cessão do direito de resgate dos títulos são reconhecidos contabilmente como receitas de filantropia premiável, observando as normas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro e os princípios de transparência e prestação de contas exigidos pelos órgãos reguladores e de fiscalização.

A captação de recursos através dos certificados de contribuição apresentou os seguintes resultados no exercício de 2025:



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Receita Filantropia Premiável - Certificados de Contribuição	2025	2024
Receita bruta – Filantropia Premiável	11.548	-
	11.548	-
Custos com Filantropia Premiável		
Custo com Gestora de Marketing	(2.403)	-
Custo com Publicidade e Propaganda	(8.369)	-
	(10.772)	-
Resultado Captação de Recursos - Filantropia Premiável	776	-

21 Custos dos serviços prestados Saúde

Custos dos serviços prestados Saúde	2025	2024
Despesa com pessoal	(3.423)	(3.437)
Despesas com materiais	(1.291)	(1.409)
Serviços Básicos	(319)	(316)
Depreciação e amortização	(690)	(708)
Despesas com serviços	(4.560)	(5.600)
Despesas com patrimônio e utilidades	(78)	(62)
Provisão para contingências	(353)	-
Despesas assistenciais	(176)	(560)
Outras despesas		
	(10.890)	(12.092)

22 Resultado financeiro



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	30	15
Outras receitas financeiras	110	4
	<u>141</u>	<u>19</u>
Despesas financeiras		
Juros empréstimos e financiamentos	(1.774)	(1.826)
Outras despesas financeiras	(411)	(360)
	<u>(2.185)</u>	<u>(2.186)</u>
	<u>(2.044)</u>	<u>(2.167)</u>

23 Benefícios sociais ofertados por meio de atendimento gratuito através do sistema único de saúde SUS conforme estabelecido na Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021

O GRENDACC com cadastro CNES 2716801 é uma associação civil sem finalidades econômicas ou lucrativas, de natureza e caráter beneficente, cujos objetivos sociais estão inseridos no artigo 2º do Estatuto Social, registrado no Terceiro Tabelião de Notas de Jundiaí, tendo como principais finalidades amparar crianças e adolescentes portadores de doenças oncológicas e hematológicas crônicas do município de Jundiaí e região, atendendo às disposições contidas na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021, fazendo jus ao CEBAS – Certificado de Entidades Beneficente de Assistência Social, mencionado em seu Estatuto Social.

A Entidade atende indiscriminadamente a todos os usuários que buscam seus serviços na área da saúde, disponibilizando 60% da sua capacidade total dos seus serviços de internações e ambulatoriais aos pacientes do SUS no município onde atua e na região.

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar 187, de 16 de dezembro de 2021, a Entidade entrega junto aos documentos requeridos para prestação de contas, a Carta do Gestor Público local, onde este atesta o cumprimento das pactuações dos serviços prestados ao SUS.

Abaixo segue o quadro referencia 2025.

TIPOS DE ATENDIMENTOS (Descrição dos Serviços Prestados)	Contrato SUS	*Fonte 4 SES	*Fonte 5 SMS	SUS	NÃO SUS	TOTAL	% SUS
Diárias Internação / Paciente Dia	130	0	465	595	0	595	100%
Atendimentos Ambulatoriais	67.673	0	3.128	70.801	3.555	74.356	95,22%

24 Certificados, imunidades, isenções e renúncia fiscal

INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Certificados, imunidades e isenções

O Grendacc é uma instituição filantrópica e social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado cujo Estatuto Social contempla os artigos 62 a 69 do Código Civil. A imunidade tributária para o terceiro setor está prevista no artigo 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e art. 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

O direito à imunidade permite a entidade beneficente de assistência social, saúde e educação não realizar mais o pagamento dos seguintes impostos e contribuições: ISS, IPTU, ITBI; ICMS, IPVA e ITCMD; IR, IOF, ITR, IPI, II, IE; e INSS Patronal, PIS sobre a folha, SAT/RAT, Cofins, através de ação judicial em desfavor da União, estados e municípios que realize a cobrança da tributação indevida contra as entidades do terceiro setor que estejam enquadradas no artigo 150.

A Entidade está amparada também pela Lei Nº 9.532/97 que em seu artigo 12 especifica a imunidade tributária Federal, no entanto não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

Para usufruir da Imunidade Tributária determinada, cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende ao princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular e o registro das receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;

INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditores independentes legalmente habilitados nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Imunidade previdenciárias usufruídas

Para atender aos requisitos da legislação pertinente e em atendimento a ITG 2002 (R1) – entidades sem finalidade de lucros, a Entidade registra no resultado os valores relativos às imunidades previdenciárias usufruídas.

	2025	2024
INSS patronal folha	1.518	1.521
PIS sobre a folha de pagamento	55	55
INSS patronal autônomos	6	23
	<u>1.579</u>	<u>1.599</u>

25 Instrumentos financeiros

A Entidade não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a risco de crédito, risco de taxa de juros e risco de liquidez.

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era:

	2025	2024
Caixa equivalente de caixa	187	8
Títulos e valores mobiliários	3.071	706
Contas a receber - Saúde	508	916
Outras contas a receber	<u>2.257</u>	<u>126</u>
	<u>6.023</u>	<u>1.756</u>

INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Risco de liquidez

A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem.

A Entidade apresentava em 31 de dezembro de 2025 um saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo de R\$ 3.258 (R\$ 714 em 2024) frente a um passivo circulante total na mesma data base de R\$ 8.972 (R\$ 6.225 em 2024) que representa uma posição líquida negativa de R\$ 5.714 (R\$ 5.511 negativa em 2024).

Conforme destacado em nota 1, a Administração já se tem um plano de ação para melhora do fluxo financeiro líquido da Entidade.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Entidade eram:

Instrumentos de taxa variável	2025	2024
Ativos financeiros - CDI		
Títulos e valores mobiliários	3.071	706
Empréstimo	(4.140)	(4.054)
Total	(1.069)	(3.348)

A Entidade mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade apresentava exposição líquida a taxa de juros no montante de R\$ 1.069 (R\$ 3.348 em 2024).

Análise de sensibilidade para mudanças na taxa de juros

Para o cálculo do cenário provável foram utilizadas as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2025. Os cenários “Possível” e “Remoto” levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais são como seguem, e as despesas com juros de debêntures estão calculadas até o término de cada contrato indexado.

		Provável	Possível	Remoto
	CDI (a.a.)	14,32%	17,90% 25%	25,06% 50%
	Saldo Contábil	Provável	Possível	Remoto
Títulos e Valores Mobiliários	3.071	3.510	3.620	3.730
Empréstimo	(4.140)	(4.733)	(4.881)	(5.029)
Exposição líquida em CDI		(153)	(191)	(230)

Estimativa do valor justo

A Entidade divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Valor justo versus valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	3.071	3.071	706	706
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	187	187	8	8
Contas a receber - Saúde	508	508	916	916
Outras contas a receber	2.257	2.257	126	126
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	1.927	1.927	802	802
Outras contas a pagar	278	278	157	157
Adiantamento de clientes	138	138	23	23
Empréstimos	4.140	4.140	4.054	4.054
Convênios Públicos e Privados a Executar	3.118	3.118	1.065	1.065

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, classificadas como valor justo por meio do resultado, são classificadas na categoria nível 2.

Para os níveis 1 e 3, a Entidade não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas-bases.

26 Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Grendacc haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais e em contrapartida em outras receitas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, registrou o montante de R\$ 205 (R\$ 164 em 2023), referente a trabalhos voluntários.

Departamentos	2025	2024
Artesanato	37	33
Bazar	79	73
Brinquedoteca	7	11
Capelania	-	1
Diretoria	-	8
Almoxarifado	1	1



INEDITORIAL

Grupo em Defesa da Criança com Câncer - Grendacc
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025 e 2024

Eventos	10	44
SND/ COPA	2	1
Manutenção	1	1
RH	3	3
Nota Fiscal Paulista	18	28
Total	160	205

27 Provisão para Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Em atendimento às disposições do Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, aprovado pela NBC TG 48, a Entidade avalia, periodicamente, suas contas a receber com o objetivo de identificar a existência de perdas de crédito esperadas, considerando o modelo de perda esperada.

A metodologia adotada contempla a análise dos seguintes fatores, entre outros:

Histórico de inadimplência;
Prazo de vencimento dos créditos;
Capacidade financeira dos devedores;
Natureza dos créditos constituídos;
Expectativas razoáveis e sustentáveis quanto a eventos futuros que possam impactar a recuperabilidade dos valores a receber.

Com base nas análises realizadas na data de encerramento do exercício, a Administração concluiu que não existem evidências de perdas de crédito esperadas que justifiquem a constituição de provisão para perdas sobre créditos de liquidação duvidosa, razão pela qual não foi reconhecido saldo de PECLD nas demonstrações financeiras.

A Administração continuará monitorando periodicamente a qualidade de seus créditos, revisando os critérios e premissas adotados sempre que houver alterações relevantes nas condições econômicas, financeiras ou operacionais, reconhecendo tempestivamente eventuais perdas, caso identificadas.

* * *

São Paulo, 31 de dezembro de 2025

Diretor Presidente
Getúlio White Lima
CPF: 070.683.798-34

Contador
Fernando Marcelino Polysello
CRC 1SP 256549/O-3



INEDITORIAL



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2025

À Diretoria Executiva da Entidade

GRUPO EM DEFESA DA CRIANÇA COM CÂNCER - GRENDACC

CNPJ:- 00.797.397/0001-94

Jundiaí – SP.

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da entidade **Grupo em Defesa da Criança com Câncer – GRENDACC**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Grupo em Defesa da Criança com Câncer – GRENDACC**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Ênfase – Continuidade Operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve eventos e condições que indicam a existência de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a Entidade apresenta excesso de passivo circulante em relação ao ativo circulante e patrimônio social deficitário acumulado,

INEDITORIAL



decorrente, principalmente, de exercícios anteriores e de histórico de geração operacional de caixa insuficiente.

Ressaltamos que, não obstante tais condições, a Entidade apurou superávit em suas operações nos exercícios de 2024 e 2025, conforme demonstrado nas respectivas Demonstrações do Resultado, refletindo avanços nas ações de reorganização operacional e financeira.

Conforme divulgado na nota explicativa mencionada, a Administração implementou e continua implementando planos que incluem, entre outros, a renegociação de obrigações junto a instituições financeiras e fornecedores, a reestruturação de processos e pessoas, bem como a revisão e ampliação de convênios e fontes de receitas, com o objetivo de mitigar os riscos à continuidade operacional.

Esses eventos e condições, considerados em conjunto, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade

INEDITORIAL



operacional da entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Jundiaí, 02 de abril de 2026.

Segato Consultores – Auditoria e Contabilidade Ltda

CRC 2SP15.697/O-9

Valdir Donizete Segato - CRC 1SP171.269/0-1

Cadastro Nacional de Auditores Independentes - **CNAI-CFC 1.776**

Membro do Ibracon – 5º. Seção Regional – Auditores Independentes – **5.386**